

Após denúncias da FUP, Câmara investiga venda suspeita de 49% da Gaspetro

FOTO: Diego Villamarim



A Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados (CME) realizou no último dia 10 uma audiência pública para discutir a legitimidade da venda de 49% da Gaspetro para o grupo japonês Mitsui, aprovada pelo Conselho de Administração da Petrobrás no dia 23 de outubro, mas que é alvo de uma série de questionamentos na justiça.

Desde o dia 26 de outubro,

a FUP cobra a suspensão da venda da subsidiária através de uma Ação Civil Pública, que serviu de base para o deputado federal Davidson Magalhães (PCdoB-Ba) ingressar no dia 04 de novembro com um requerimento na Câmara, cobrando apuração das denúncias feitas pelos petroleiros. O Estado da Bahia, que também questiona na Justiça as mudanças acionárias na

Gaspetro, obteve no dia 02 de dezembro uma liminar suspendendo a venda.

O diretor da FUP, Leonardo Urpia, que representou a entidade na audiência promovida pela CME, colocou sob suspeita a negociação, já que há fortes indícios de irregularidades, tráfico de influência e favorecimento na venda das ações da Gaspetro para o grupo japonês Mitsui, que

é uma das controladoras da Vale, cujo diretor-presidente, Murilo Ferreira, ocupava na época a Presidência do CA da Petrobrás.

Além disso, vender por R\$ 1,9 bilhão 49% da subsidiária é menos da metade das estimativas feitas pelos bancos JP Morgan e Brasil Plural que calcularam o negócio em 1,3 bilhão de dólares, ou seja, 5,6 bilhões de reais.

GT da Pauta pelo Brasil será implementado dia 17

A FUP se reunirá na quinta-feira (17) com a Petrobrás para implementar o Grupo de Trabalho paritário que tratará da Pauta pelo Brasil. O GT

terá 60 dias para elaborar um Relatório com propostas de retomada dos investimentos e preservação da integração do Sistema Petrobrás, com base

em alternativas apresentadas pelos trabalhadores e em estudos técnicos que avaliam os impactos sociais da retração das atividades da estatal.

Essa foi a principal conquista da greve de novembro, onde os petroleiros conquistaram a oportunidade inêdita de disputarem os rumos da empresa.

FUP reafirma sua opção por primeirização e investimentos

Em atendimento à solicitação do Conselheiro Deyvid Bacellar, foi realizada, no último dia 09, reunião com a diretora de E&P, Solange Guedes, e gerentes executivos da área, onde a FUP apresentou como alternativa à hibermiação das Sondas Marítimas de Perfuração, que a Petrobrás

assuma a operação das sondas ARPOADOR (ainda em estaleiro), bem como da sonda Vitória 10.000, hoje operada pela empresa Schain.

A FUP afirmou para os executivos da empresa, que será um equívoco sem precedentes se a companhia abrir mão da atividade

de perfuração, deixando claro que os trabalhadores lutarão de todas as formas possíveis para evitar a terceirização total da atividade. Foi também discutida a primeirização da operação das plataformas P-61 e P-63, localizadas no Campo de Papa Terra, na Bacia de Campos. A empresa informou que até maio

de 2016, o processo estará concluído na P-63. Já na P-61, ainda irá demorar mais um pouco, devido ao reestudo do projeto.

A diretoria de E&P se comprometeu a realizar uma reunião com os Sindipetros-ES, BA e RN para fazer um diagnóstico geral da situação da Perfuração Terrestre.

PrimeiraMão

Edição 1207 FEDERAÇÃO ÚNICA DOS PETROLEIROS - Filhada à CUT e à CNQ 11 a 17/12/2015

Câmara debate venda suspeita da Gaspetro

Pg. 04

Nas ruas contra o golpe e o retrocesso



Depois de reunirem no Centro do Rio de Janeiro milhares de pessoas, no último dia 08, em uma grande manifestação contra o golpe, as centrais sindicais e os movimentos sociais voltam às ruas na quarta-feira (16). Atos pelo país afora unificarão as forças progressistas brasileiras em defesa da democracia, no maior movimento popular de esquerda das últimas duas décadas.

Organizações de todos os segmentos da sociedade irão às ruas contra o golpe, por uma nova política econômica e pela cassação do presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha. As mobilizações são organizadas pelas frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo, que reúnem centrais sindicais, trabalhadores rurais e sem teto, a juventude, estudantes, mulheres, negros e diversos outros movimentos populares.

"Não há motivo jurídico para o impeachment, é uma cortina de fumaça e um ato capitaneado pelos conservadores, que querem impor na marra a sua agenda de

retrocesso. Mas vamos barrar os golpistas nas ruas, onde derrubamos a ditadura e também colocaremos o Cunha na cadeia", afirma o presidente da CUT, Vagner Freitas.

Conspiração

Desde que Eduardo Cunha aceitou o infundado pedido de impeachment contra a presidente Dilma, diversos setores da sociedade acusaram o golpe e se manifestaram publicamente em defesa do Estado Democrático de Direito. Jurista, artistas, intelectuais e os reitores das principais universidades brasileiras também condenaram a tentativa de golpe, que ganhou ares de conspiração, após a carta do vice-presidente da República apontar para o rompimento com o governo. No Congresso Nacional, Cunha e seus aliados se valem de manobras autoritárias para sacrificar a democracia e se protegerem das investigações de corrupção. Pela sétima vez, o presidente da Câmara conseguiu adiar o processo de cassação de seu mandato.

Barrar o ajuste e retomar os investimentos da Petrobrás



Foi nas ruas que o povo brasileiro derrubou a ditadura militar e garantiu conquistas históricas, como a criação da Petrobrás. É novamente nas ruas que a população defenderá a democracia e as reformas estruturais tão necessárias para o país, a começar por uma nova política econômica. "Não permitiremos o golpe, nem o retrocesso. Para fazer o país voltar a crescer, com geração de emprego e de renda para todos, é fundamental retomarmos os investimentos da Petrobrás, que é uma das poucas empresas que podem fazer a economia girar", declarou o coordenador da FUP, José Maria Rangel, no ato do último dia 08, no Rio de Janeiro.

Impunidade é a marca da tragédia em Mariana e dos acidentes no setor petróleo

Pgs. 02 e 03

No rastro dos acidentes, a certeza da impunidade



Vinte e sete mortos, dezenas de feridos, centenas de desabrigados e a Bacia do Rio Doce totalmente contaminada. Este é o saldo de destruição causado pela enxurrada de mais de 60 bilhões de litros de lama tóxica que romperam das barragens da Samarco, em Mariana (MG) e percorreram 650 quilômetros até atingir o litoral do Espírito Santo, matando pelo caminho fauna e flora. Mais de um mês após provocarem o maior acidente ambiental do Brasil, os gestores da mineradora e de suas controladoras - Vale e BHP

Billiton - continuam impunes. O mesmo acontece com a BW Offshore e a Petrobrás, responsáveis pelo acidente no navio plataforma FPSO Cidade de São Mateus, onde nove trabalhadores morreram e outros 26 ficaram feridos, em fevereiro deste ano. Uma investigação minuciosa da ANP apontou que a empresa BW, com a conivência da Petrobrás, descumpriu pelo menos 30 itens do Sistema de Gerenciamento de Segurança Operacional (SGSO) desde 2008, quando o FPSO foi contratado pela estatal. Nenhum gestor da BW foi

responsabilizado. A Petrobrás em seu relatório chegou até mesmo a elogiar a política de segurança da empresa, insinuando que a culpa do acidente foi dos trabalhadores mortos. A história se repete com a Samarco, que atuou por mais de dois anos com licenças de operação vencidas. A mineradora sequer apresentou ao Ministério Público o plano exigido pela Justiça com propostas de ações para garantir a segurança das estruturas que restaram no complexo de Mariana e evitar novos rompimentos de barragens.

E assim, as empresas vão negligenciando a segurança, com a certeza da impunidade. Ano após ano, acidentes ceifam vidas de trabalhadores e destroem o meio ambiente, sem que nenhuma lição seja aprendida. Só no Sistema Petrobrás, já são 364 mortos em vinte anos e a empresa nada faz para alterar a sua política de SMS, apesar de todas as mobilizações e alertas dos petroleiros. Quantos acidentes anunciados ainda ocorrerão impunemente sob as barbas da justiça e dos órgãos fiscalizadores?

"O que aconteceu no navio da BW foi um assassinato"

Segundo relatório da ANP, a explosão que matou os nove trabalhadores da BW teve como causa principal a estocagem indevida de condensado, que não estava prevista no contrato assinado com a Petrobrás e nem poderia ser feito pelo FPSO Cidade de São Mateus, pois embarcação não foi projetada para essa finalidade.



De forma irresponsável, a BW, com a conivência da Petrobrás, contrariou todas as normas de segurança para aumentar a sua margem de lucro. "O que aconteceu naquele navio foi um assassinato", afirma

o coordenador da FUP, José Maria Rangel, criticando a omissão da Petrobrás, que, como empresa contratada deveria ter conhecimento das

irregularidades que aconteciam na FPSO e, portanto, é tão responsável pelas mortes quanto a BW. "Se a Petrobrás tinha conhecimento desse

absurdo, por que se calou?", questiona Zé Maria.

Lucro em primeiro lugar

O rompimento da barragem que dizimou o distrito de Bento Rodrigues, em Mariana, e matou 27 pessoas seguiu a mesma lógica da BW: o lucro compensa o risco. Apesar dos bilhões que ganha anualmente explorando os recursos naturais da região, a Samarco utilizava o modelo mais barato de construção de barragens e também o mais inseguro. Além disso, a empresa operava as minas sem plano de emergência.

Quanto vale a vida?



FOTO: Guilherme Ferrari/A Gazeta

Os familiares dos nove trabalhadores mortos no acidente da BW, assim como das vítimas da Samarco estão buscando na justiça a responsabilização das empresas pela dor e prejuízos que causaram. Nenhum gestor sofreu qualquer sanção pelos acidentes. Para os que choram a perda de seus entes queridos, não há seguro algum que pague o preço da vida perdida. Por isso eles lutam por justiça e reparação.

É o caso dos irmãos de Tiarles Correa (foto), um dos trabalhadores mortos na explosão

da FPSO Cidade de São Mateus. Meses após o acidente, eles sofreram uma outra tragédia ao perderem a mãe, vítima de depressão. "O acidente mexeu muito com ela e não resistiu", declarou Tiago, irmão de Tiarles, em entrevista ao jornal A Gazeta, do Espírito Santo.

Outros familiares questionam a falta de transparência da BW. "Até hoje não sabemos o motivo do acidente. Ninguém da empresa nos procurou para esclarecer como tudo aconteceu", lamentou Ayres de Oliveira Junior, cunhado de Alessandro de Souza Ribeiro, outro trabalhador morto na FPSO.

O crime que compensa

A Samarco não pagou sequer uma das cinco multas aplicadas pelo Ibama após o acidente, que, juntas, correspondem a R\$ 250 milhões e não chegam a 10% do lucro líquido registrado pela empresa em 2014. Por trás do descalço, novamente a certeza da impunidade. No Brasil, menos de 3% das multas ambientais são pagas pelas empresas infratoras.

Relatório do Ibama revela que de janeiro de 2011 a setembro de 2015, dos R\$ 16,5 bilhões cobrados em multas, apenas R\$ 494 milhões chegaram aos cofres públicos. O excesso de recursos judiciais é um dos motivos, o que acaba servindo como estímulo para as empresas

continuarem desrespeitando as normas de segurança e o meio ambiente.

A Chevron, por exemplo, que em novembro de 2011 causou um acidente geológico de grandes proporções no Campo de Frade, na Bacia de Campos, pagou R\$ 150 milhões à União, menos de 1% do valor que foi estipulado na época. A ANP propôs a suspensão de suas atividades e o Ministério Público, uma indenização de R\$ 20 bilhões pelo estrago que fez. A empresa recorreu e terminou assinando um acordo de compensações socioambientais e ainda ganhou 30% de desconto no pagamento das multas.